

**REFORMA**  
**DOS**  
**1º e 2º CICLOS DE ESTUDOS**

●

**SISTEMATIZAÇÃO**

**Documento sujeito à aprovação**  
**na**  
**Reunião do Conselho Geral**  
**de**  
**10 de Setembro de 2010**

**31 de Agosto de 2010**

## Conteúdo

1.Introdução .....	3
2.Objectivos da Reforma .....	3
3.Unidades Curriculares .....	4
3.1.Nível, Classe e Tipo das Unidades Curriculares .....	4
3.2.Créditos ECTS e Cargas Horárias .....	8
4.Estrutura dos Cursos .....	12
5. Formação Geral .....	13
6. Observações Finais .....	15

## 1.Introdução

O Plano Estratégico da Universidade da Madeira (UMa), aprovado em Maio de 2010, preconiza uma reforma da nossa oferta de cursos de licenciatura (1º ciclo). O presente documento, a submeter ao Conselho Geral, propõe um conjunto de medidas, a maioria de carácter sistemático, a seguir nessa reforma. Inclui, ainda, regras de política geral, algumas aplicáveis também ao 2º ciclo.

O presente documento é uma proposta conjunta da Presidente do Colégio Universitário da Sociedade do Conhecimento e do Reitor da UMa.

3

## 2.Objectivos da Reforma

O presente documento centra-se num conjunto de regras gerais relativamente à estrutura dos cursos e propõe um conjunto de princípios a seguir na alteração, criação e acreditação interna de cursos.

A reforma da nossa oferta formativa envolve um conjunto de questões da mais variada natureza. Destas, as centrais são aquelas que têm de ver com a nossa capacidade para oferecer um dado curso (recursos humanos qualificados, infra-estruturas e recursos financeiros) e aquelas que têm de ver com a empregabilidade (saídas profissionais, emprego, etc.). Aprofundar e melhorar os métodos que a UMa tem seguido no que diz respeito a estas duas questões é fundamental. O Observatório de Emprego, questão igualmente agendada para este Conselho Geral, insere-se precisamente nesta classe de assuntos.

Mas há outras questões relativamente às quais a UMa necessita de dispor de procedimentos bem caracterizados, como a regular avaliação dos cursos, a sua monitorização, os indicadores de qualidade, etc. Estas questões serão alvo de propostas relacionadas com o Sistema Interno de Garantia da Qualidade e serão desenvolvidas para a reunião de Dezembro do Conselho Geral.

Qualquer destas questões pressupõe uma sistematização ao nível da arquitectura dos nossos planos de curso, que, ao introduzir alguma uniformização no plano formal, permita o desenho de procedimentos simples e eficazes quer na preparação, quer na decisão de criação, alteração ou extinção quer, ainda na monitorização.

O presente documento aborda esta sistematização naqueles aspectos que são mais básicos e essenciais: os modos de funcionamento das Unidades Curriculares e as regras gerais que, do ponto de vista estrutural, devem ser satisfeitas pelos nossos Planos de Curso. Assim, propomos neste documento a fixação de um conjunto de modos de

funcionamento das Unidades Curriculares baseado numa classificação apoiada em três critérios (para além da classificação por áreas científicas) e, usando esta classificação, propomos a fixação de alguns limites à forma como se pode construir um Plano de Curso.

Estas medidas de sistematização são suficientemente flexíveis para permitir uma certa variabilidade nos cursos da UMa, estimando-se que, ao serem aplicadas, não imporão grandes alterações à maioria dos planos de curso actuais. Mas, ao serem sistemáticas, permitem, também, uma maior sobriedade nessa construção, fundamental para que, depois, ao nível do funcionamento global da instituição (horários, calendários de avaliações, distribuições de serviço docente) haja melhorias significativas.

### 3.Unidades Curriculares

A célula base da nossa organização, em termos de formação, é a unidade curricular (UC), isto é, a disciplina ou “cadeira”. Nesta secção propomos uma padronização da organização e funcionamento destas células base, bem como a introdução de um processo de acreditação e dos critérios e princípios a seguir nesta acreditação.

Um primeiro princípio a seguir será, portanto, o seguinte:

**P1. Acreditação** – *A UMa disporá de um procedimento de acreditação de Unidades Curriculares e emite uma Autorização de Funcionamento para cada Unidade Curricular em função dos resultados desta acreditação. Na formulação de um plano de curso (a criar ou a alterar) só podem ser utilizadas Unidades Curriculares previamente acreditadas.*

Esta acreditação passa pela análise de um dossiê da disciplina que conterà, obrigatoriamente, um conjunto de peças de informação sobre a mesma. Nas subsecções seguintes abordamos algumas destas peças de informação em separado.

#### 3.1.Nível, Classe e Tipo das Unidades Curriculares

A primeira peça de informação sobre uma Unidade Curricular tem de ver com a sua classificação em termos de objectivos e funcionamento. Propomos que sejam usados três critérios nesta classificação:

**Nível** – O nível de uma Unidade Curricular caracteriza a complexidade da informação nela contida. A UMa usa três níveis (previstos, aliás, no Processo de Bolonha):

Nível	Descrição	Observações
<b>B</b>	Básico. Tipicamente para UC de carácter introdutório.	Para disciplinas das licenciaturas e, em casos excepcionais, de mestrados.
<b>I</b>	Intermédio. Para UC que se encadeiam de forma natural com as do nível anterior.	Para disciplinas das licenciaturas e de mestrados.
<b>A</b>	Avançado. Para UC de carácter mais profundo e associadas de forma directa a uma especialidade.	Para disciplinas de mestrado e doutoramento.

O Nível da disciplina estabelece limites ao seu funcionamento em termos de corpo docente. Estes limites são fundamentais na decisão de autorização de funcionamento. Os critérios a usar nesta decisão de funcionamento serão estabelecidos com mais detalhe na documentação final, mas seguirão os seguintes princípios norteadores:

**P2. Nível** – Toda a UC tem um nível que consta obrigatoriamente do seu processo de acreditação. O nível de uma UC é resultado de proposta do Conselho Científico responsável pela UC e é um dos seguintes:

1. Nível B (Básico) – Para UC de carácter introdutório de cursos de 1º ciclo;
2. Nível I (Intermédio) – Para UC de cursos de 1º e 2º ciclos;
3. Nível A (Avançado) – Para UC de cursos de 2º e 3º ciclos.

O funcionamento das UC pressupõe a satisfação das seguintes condições:

**P3. Responsabilidade e Docência** – Toda a UC tem um coordenador (ou regente) que consta obrigatoriamente do seu processo de acreditação. O coordenador é nomeado pelo Conselho Científico responsável pela UC, podendo ser escolhido de entre os docentes doutorados da Unidade cuja área principal ou secundária é aquela a que pertence a UC. Na distribuição de serviço docente, a atribuição da leccionação de uma UC pelo Conselho Científico responsável está sujeita aos seguintes limites:

1. Nível B – A componente teórica da UC só pode ser atribuída a um docente doutorado cuja área disciplinar principal ou secundária seja a da UC em causa; As restantes componentes da UC podem ser atribuídas a um docente de uma das áreas disciplinares da mesma área científica que a área disciplinar da UC;
2. Nível I – A componente expositiva da UC só pode ser atribuída a um docente doutorado cuja área principal ou secundária seja a da UC em causa, ou que tenha já experiência de leccionação da mesma superior a três anos. As restantes componentes da UC só podem ser atribuídas a um docente cuja área principal ou secundária seja a da UC em causa;
3. Nível A – Qualquer das componentes só pode ser leccionada por um docente doutorado cuja área principal ou secundária seja a área da UC em causa, ou que tenha já experiência de leccionação da mesma superior a três anos.

*Qualquer exceção a esta regra carece de aprovação expressa do Conselho Científico responsável pela UC, por maioria de  $\frac{2}{3}$ , sendo a votação nominal.*

O segundo critério a usar na caracterização de uma UC, a sua Classe, tem de ver com o modo de funcionamento. Distinguimos três modos de aulas:

**E – Expositivo** – Para aulas de carácter expositivo. Estas aulas são de exposição teórica e, portanto, processam-se em salas normais não havendo, em geral, uma interacção demasiado pronunciada entre docente e alunos. Caem neste tipo as chamadas aulas teóricas (T).

**M – Teórico-Prático** – Para aulas em que o diálogo entre docentes e alunos é preponderante. Caem neste tipo as aulas teórico-práticas (TP) e as aulas de seminário (S).

**L – Laboratorial** – Para aulas que se desenvolvem em ambiente laboratorial. Caem neste tipo as aulas práticas (P) ou de trabalho de campo (TC).

Uma dada UC pode ter aulas de apenas um destes tipos, ou até dos três. A classe de uma disciplina descreve a existência, ou não, destes três tipos de aulas.

Classe	Expositivas	Teórico-Práticas	Laboratoriais
E00	X		
0M0		X	
00L			X
EM0	X	X	
E0L	X		X
0ML		X	X
EML	X	X	X

A Classe de uma disciplina estabelece limites às condições materiais de funcionamento da disciplina.

**E – Expositiva** – Não existem limites materiais ao seu funcionamento. As turmas ideais devem ter um número de alunos não superior a 60, mas só há subdivisão a partir de 90.

**TP – Teórico-Prática** – Nestas aulas pode haver necessidade de infra-estruturas próprias (vídeo conferência, salas com disposição particular). A identificação destas necessidades deve constar da documentação de acreditação. As turmas ideais devem ter um número de alunos não superior a 30, mas só há subdivisão a partir de 45.

**L – Laboratorial** – A existência de laboratórios é fundamental ao funcionamento desta componente. O dossiê deve conter a informação mínima sobre o tipo de laboratório e

de equipamentos necessários, as condições de segurança dentro das quais se deve processar o funcionamento e a necessidade de seguros. As turmas ideais devem ter um número de alunos não superior a 15, mas só há subdivisão a partir de 20.

**NOTA.** Naturalmente, os limites acima descritos podem ser usados para definir um rácio de funcionamento para estas disciplinas, questão que será abordada noutro documento, sobre gestão de recursos humanos, a apresentar na reunião de Dezembro do Conselho Geral.

Propomos as seguintes regras:

**P4. Classe** – Toda a UC tem uma classe que consta obrigatoriamente do seu processo de acreditação. A classe de uma UC é resultado de proposta do Conselho Científico responsável pela UC e é uma das seguintes:

1. E00 – para UC que apenas possuem componente expositiva;
2. OM0 – para UC que apenas possuem componente teórico-prática;
3. O0L – para UC que apenas possuem componente laboratorial;
4. EM0 – para UC que possuem componentes expositiva e teórico-prática;
5. E0L – para UC que possuem componentes expositiva e laboratorial;
6. OML – para UC que possuem componentes teórico-prática e laboratorial;
7. EML – para UC que possuem as três componentes.

O funcionamento das UC pressupõe a satisfação das seguintes condições:

**P5. Classe e Funcionamento** – O funcionamento de uma UC está sujeito aos seguintes limites:

1. No funcionamento da componente expositiva de uma UC, o número aconselhável de alunos é inferior ou igual a 60, só podendo existir divisão em turmas a partir de 90 alunos;
2. No funcionamento da componente teórico-prática de uma UC, o número aconselhável de alunos é inferior ou igual a 30, só podendo existir divisão em turmas a partir de 45 alunos;
3. No funcionamento da componente laboratorial de uma UC, o número aconselhável de alunos é inferior ou igual a 15, só podendo existir divisão em turmas a partir de 25 alunos.

Os limites estabelecidos em 1, 2 e 3 aplicam-se sempre que as subdivisões implicarem novas contratações ou limitarem o lançamento de novas iniciativas, nomeadamente para cumprimento do Contrato de Confiança.

O terceiro critério a usar na classificação das disciplinas é variável pois não depende apenas da UC, ao contrário do que acontece com os dois critérios anteriores. Depende, também, do curso (ou cursos) em que a UC se insere. Este critério, a que chamamos Tipo, admite a seguinte discriminação:

**Tipo N – Nuclear** – Disciplina imprescindível aos objectivos de um curso.

**Tipo O – Obrigatório** – Outras disciplinas consideradas de frequência obrigatória.

**Tipo R – Opcional Especial** – Um dado curso pode admitir uma componente opcional que não seja totalmente livre, existindo para o efeito uma lista limitada de escolhas possíveis. Tipicamente, este tipo de opção surge quando há diferentes especializações dentro de um mesmo curso.

**Tipo L – Opcional Comum** – Disciplinas opcionais que o estudante pode escolher de forma quase livre.

Na constituição do dossiê de acreditação prévia, a informação sobre o nível e a classe de uma UC é obrigatória. O terceiro critério é facultativo (mas obrigatório na identificação das disciplinas de um plano de curso).

**P6. Tipo e Curso** – *O dossiê de acreditação de um curso contém para cada UC, obrigatoriamente, a identificação do seu tipo e o papel que a UC desempenha relativamente aos objectivos do curso.*

A informação necessária para a acreditação de uma disciplina não se limita a estes aspectos.

### 3.2. Créditos ECTS e Cargas Horárias

No âmbito da reforma, um passo fundamental é a redução do número de UC dos cursos de licenciatura. A UMa aprovou, no passado, o princípio segundo o qual, na generalidade dos cursos, as UC teriam 7,5 créditos do sistema europeu de créditos curriculares (ECTS—*European Credit Transfer and Accumulation System*). Nestes casos, uma licenciatura típica tem, portanto, quatro disciplinas por semestre.

É admissível que este princípio seja de difícil aplicação em alguns casos. Mas, mesmo nestes casos, será sempre possível uma maior homogeneização. Por exemplo, não se vislumbram razões de fundo que justifiquem que as disciplinas de nível B de qualquer curso não satisfaçam este princípio.

Assim, propõe-se que:

**P7. Tipo** – *No que diz respeito aos créditos ECTS:*

1. *Os cursos criados no passado e que adoptaram a estrutura de 7,5 créditos ECTS por disciplina, manterão essa regra, ainda que existam reformas dos seus planos;*
2. *Os cursos que no passado não adoptaram este princípio passam a adoptá-lo obrigatoriamente para as suas UC de níveis B (no caso do 1º ciclo) e I (no caso do 2º ciclo);*

3. *Os cursos que no passado não adoptaram este princípio, poderão continuar a não o respeitar com as seguintes limitações:*  
*apenas no que diz respeito às UC de níveis I e A e desde que exista, para o efeito, aprovação por maioria de 2/3 da Comissão Académica do Senado, da justificação apresentada para a abertura dessa excepção.*

Para além desta uniformização em termos de créditos ECTS, é igualmente necessário padronizar as cargas horárias lectivas das UC por nível e por classe. O padrão usado como ponto de partida é o preconizado pelo Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, que atribui a 1 crédito entre 25 a 28 horas de trabalho do estudante. No sentido de uniformizarmos os nossos procedimentos, propomos que:

**P8. Tipo – Na UMa 1 crédito representa 28 h de trabalho do estudante.**

De acordo com este princípio, uma UC com 7,5 créditos ECTS é uma UC à qual o estudante dedicará um total de  $28 \times 7,5 = 210$  h de trabalho total. Atendendo a que estão incluídos neste total as horas de aulas, de preparação, estudo e de exames, devemos vê-las como distribuídas ao longo do semestre total que, em média, tem 20 semanas. Assim, em média, o estudante gastará 10,5 h por semana com a UC.

Por outro lado, Bolonha pressupõe que grande parte do trabalho do estudante é desenvolvido de forma individual, ou em equipa, sem a presença do docente. No sentido de materializarmos esta ideia, é natural partir do princípio segundo o qual, a carga de horas de contacto (aulas, etc.) não exceda os 50% do total do trabalho do estudante. Propomos que da carga total de trabalho semanal apenas 47,5% pode ser usado na componente lectiva.

A aplicação directa deste tipo de ideia conduz-nos à seguinte tabela:

Créditos ECTS	Horas de Trabalho Totais	Horas de Trabalho por Semana	Horas de Contacto Totais	Horas de Contacto por Semana de Aulas
1,5	42	2,1	16,0	1,0
3	84	4,2	31,9	2,0
4,5	126	6,3	47,9	3,0
6	168	8,4	63,8	4,0
7,5	210	10,5	79,8	5,0

Nesta tabela são indicados apenas os créditos ECTS que correspondem a números inteiros de horas de aulas por semana. Num compromisso claramente necessário entre os objectivos científicos e pedagógicos de uma dada UC e a garantia do seu funcionamento nas melhores condições, não é possível ignorar os efeitos perversos

sobre a organização da UMa e o trabalho de estudantes e docentes que pode advir de uma demasiada liberdade na duração semanal das aulas. Assim, propomos o seguinte:

**P9. Créditos ECTS e Cargas horárias** – *Salvaguardados os casos especiais devidamente aprovados por maioria qualificada de  $\frac{3}{4}$  da Comissão Académica do Senado, apenas será autorizado o funcionamento de UC cuja carga de créditos ECTS corresponda a um dos seguintes números: 1,5; 3; 4,5; 6 ou 7,5 créditos ECTS. As carga de trabalho destas UC é a determinada pela seguinte tabela:*

<b>Créditos ECTS</b>	<b>Horas de Trabalho Totais</b>	<b>Horas de Trabalho por Semana</b>	<b>Horas de Contacto Totais</b>	<b>Horas de Contacto por Semana de Aulas</b>
1,5	42	2,1	16	1
3	84	4,2	32	2
4,5	126	6,3	48	3
6	168	8,4	64	4
7,5	210	10,5	80	5

O princípio seguido atrás reserva para o trabalho individual do estudante, a maioria do tempo dedicado a cada UC. Permite, também, garantir um máximo de 20h de aula semanais na generalidade dos cursos de Licenciatura.

Levanta-se, no entanto uma questão final, relativamente à forma como estas cargas lectivas são distribuídas consoante a classe de aulas. Seria de esperar que a componente de diálogo (TP e P) de uma dada disciplina, da maior importância para o acompanhamento do trabalho individual do estudante, fosse crescendo com o nível da disciplina.

O que pretendemos afirmar é o seguinte: a transição do ensino secundário para o ensino universitário não deve acontecer apenas ao nível da complexidade, profundidade e especialização das matérias exploradas nas UC. Deve, também, produzir-se uma alteração dos métodos de trabalho do estudante, que deverá progredir no sentido de se tornar cada vez mais autónomo. Assim, a componente do seu trabalho individual deve crescer em importância. Este facto pode assumir um aspecto quantitativo apenas ou não assumir este aspecto, mas ganhar em importância de outras formas (maior liberdade de exploração da matéria, maior valorização do trabalho aí produzido). O princípio atrás introduzido pressupõe que não há um crescimento quantitativo da componente individual do trabalho do aluno com o nível das UC que frequenta, por razões que se prendem, também, com questões organizacionais, de coordenação e de economia interna da UMa. Seria pois do maior interesse que houvesse o crescimento qualitativo a que atrás me referi. A meu ver consegue-se este crescimento diminuindo progressivamente a carga lectiva de

exposição clássica e, em consequência, aumentando as cargas das outras classes, em que as aulas são mais propiciadoras de momentos de diálogo e discussão entre estudantes e docente e, por isso mesmo, desfrutam de melhores condições para que se valorize mais a componente de trabalho individual do estudante. Uma forma de vermos como isto se pode realizar no plano formal é olharmos para a distribuição de cargas horárias de contacto semestrais, por classe e nível. Assim,

**P10. Nível, Classe e Cargas Horárias** – *Salvaguardados os casos especiais devidamente aprovados por maioria qualificada de  $\frac{3}{5}$  da Comissão Académica do Senado, a seguinte tabela será observada na distribuição das horas por componente lectiva, em função do nível:*

ECTS	T	TP ou S	PL	Total
1,5	16			16
1,5		16		16
1,5			16	16
3	32			32
3		32		32
3			32	32
3	16	16		32
3	16		16	32
3		16	16	32
4,5	48			48
4,5		48		48
4,5			48	48
4,5	32	16		48
4,5	32		16	48
4,5		32	16	48
4,5	16	32		48
4,5	16		32	48
4,5		16	32	48
4,5	16	16	16	48
6	64			64
6		64		64
6			64	64
6	48	16		64
6	48		16	64
6	16	48		64
6		48	16	64
6	16		48	64
6		16	48	64

ECTS	T	TP ou S	PL	Total
6	32	32		64
6	32		32	64
6		32	32	64
6	32	16	16	64
6	16	32	16	64
6	16	16	32	64
7,5	80			80
7,5		80		80
7,5			80	80
7,5	64	16		80
7,5	64		16	80
7,5	16	64		80
7,5		64	16	80
7,5	16		64	80
7,5		16	64	80
7,5	48	32		80
7,5	48		32	80
7,5	32	48		80
7,5		48	32	80
7,5	32		48	80
7,5		32	48	80
7,5	48	16	16	80
7,5	16	48	16	80
7,5	16	16	48	80
7,5	32	32	16	80
7,5	32	16	32	80
7,5	16	32	32	80

Para além destes limites sobre o funcionamento e dentro dos limites impostos pela Regulamentação Interna de Avaliação dos Estudantes, propõe-se o seguinte princípio geral:

**P11. Nível, Classe e Avaliação** – *Os modelos de avaliação a adoptar devem ser adequados ao nível e classe da UC, de modo a, através deles, se incentivar, também, o desenvolvimento do trabalho autónomo do estudante.*

## 4. Estrutura dos Cursos

Estabelecidas as regras base de construção das Unidades Curriculares, é agora importante definir algumas regras relativamente à própria estrutura dos Planos de Curso. No que segue, propomos um conjunto de restrições que devem ser seguidas na construção destes planos.

Assim, uma primeira análise deve ser feita em termos dos níveis das disciplinas envolvidas que, recordamos, são 3: B (Básica), I (Intermédio) e A (Avançado). Propõe-se que, deste ponto de vista, haja uma relativa rigidez nos planos de curso. Assim, propõe-se que:

**P12. Plano e Nível** – *Em termos de distribuição das UC por níveis, os cursos de 1º e 2º ciclos da UMA respeitarão os seguintes limites:*

1. *Um curso de 1º ciclo pode ter, apenas, UC de níveis B e I;*
2. *As UC da Formação Cultural, Científica, Social e Ética (FCCSE) são consideradas como de nível B;*
3. *Nos cursos de 1º ciclo, as UC de nível B (incluindo as FCCSE) não ultrapassam 50 % do total do curso;*
4. *Um curso de 2º ciclo pode ter, apenas, UC de níveis I e A;*
5. *Nos cursos de 2º ciclo, as UC de nível I não ultrapassam 50% do total do curso.*

*As exceções a estas regras carecem de aprovação por maioria de  $\frac{2}{3}$  da Comissão Académica do Senado.*

A distribuição destas UC ao longo dos planos deve, também, seguir algumas regras. Assim, propomos que:

**P13. Nível e Distribuição no Plano** – *Na elaboração dos planos de curso deverá ter-se em atenção o equilíbrio em termos de níveis das disciplinas constituintes e a sua distribuição pelos anos curriculares. As exceções a esta regra carecem de aprovação por maioria de  $\frac{2}{3}$  da Comissão Académica do Senado, a votação sendo nominal.*

A organização dos cursos pode, também, ser vista em termos das suas UC obrigatórias e opcionais. Usando a classificação atrás introduzida, propomos o:

**P14. Tipo e Distribuição no Plano** – *A distribuição das UC pelos planos, em função do tipo, obedecerá aos seguintes limites, válidos para cursos de 1º e 2º ciclos: Em termos de créditos ECTS, as UC obrigatórias (tipos N e O) perfazem um total igual ou superior a 66%. Pelo menos metade destas UC são nucleares (tipo N). As excepções a esta regra carecem de aprovação por maioria de 2/3 da Comissão Académica do Senado, a votação sendo nominal.*

13

O Sistema Interno de Garantia de Qualidade exigirá, ainda, a criação de códigos de identificação das diversas UC que traduzam a sua colocação nos planos, o seu nível, o seu tipo e a sua classe.

A acreditação interna dos cursos exigirá, ainda, a apresentação de um conjunto de documentos, nomeadamente no que diz respeito a conteúdos, objectivos, saídas profissionais, etc.

## 5. Formação Geral

A arquitectura dos cursos atrás descrita aborda apenas de passagem a questão da Formação Cultural, Científica, Social e Ética (FCCSE). O modelo actual impõe a existência de 5 UC desta natureza e, consoante os cursos, surgem distribuídas um pouco por todos os anos.

A criação desta área, aquando a adaptação ao Processo de Bolonha, embora não unânime, acabou por conseguir-se com algum consenso dentro da UMa.

No entanto, a sua implementação e funcionamento ao longo destes 4 anos acabou por revelar algumas fragilidades que urge corrigir.

Estas fragilidades surgem, por exemplo, em termos de funcionamento (excesso de alunos em algumas disciplinas, por exemplo). Em particular, verificou-se uma proliferação excessiva de disciplinas oferecidas sob esta sigla, muitas vezes idênticas a disciplinas normais da UMa.

Nesta secção propõe-se um conjunto de alterações que pretendem, de alguma forma organizar esta área.

A quando da discussão interna sobre como se devia organizar esta componente das nossas licenciaturas, a UMa oscilou, sem nunca realmente escolher, entre duas alternativas extremas: organização totalmente livre (baseada na ideia de que a frequência de um conjunto variado de disciplinas, por si só, permitiria a formação

liberal pretendida) ou fazer desta componente um todo organizado e coerente, com o objectivo de dotar o estudante de um conjunto padrão de conhecimentos classificáveis como de formação liberal.

A proposta aqui incluída pode ser vista como um modelo intermédio, eventualmente mais dirigido para a ideia de uma formação em saberes mais práticos mais rígida do que a liberdade total (ou quase total) existente neste momento.

Propomos o seguinte princípio:

**P15. FCCSE** – *Todos os cursos de Licenciatura da UMa que adoptaram o modelo de formação geral, baseado na existência de uma componente de Formação Científica, Cultural, Social e Ética, mantêm essa estrutura. Os cursos que não adoptaram esse modelo, passarão a adoptá-lo igualmente. No entanto, nestes casos, desde que com parecer favorável da Comissão Académica do Senado, o modelo adoptado pode ter uma duração inferior à do modelo genérico, devendo, neste caso, conter a descrição da organização subjacente.*

As 4 UC desta área presentes nos Planos de Curso de 1º ciclo não são arbitrárias. Propomos:

**P16. FCCSE - Geral** – *O modelo genérico, adoptado no passado pela UMa, passa a ter a seguinte estrutura no 1º ciclo:*

1. *O número de UC de FCCSE é reduzido de 5 para 3, cada uma com 7,5 créditos ECTS;*
2. *A distribuição destas UC ao longo do curso é a seguinte: FCCSE 1 no 1º ano, FCCSE 2 e 3 no 2º ano e FCCSE4 no 3º ano;*
3. *A escolha do semestre lectivo em que a FCCSE funciona (casos de FCCSE1 e FCCSE4) é decidida no momento da acreditação do curso em conjunto pelos proponentes do curso, pelo Presidente do Colégio correspondente e pela reitoria, estando sujeita a argumentos de ordem organizacional e logística.*

**P17. FCCSE 1** – *A primeira UC de FCCSE funciona no 1º ano curricular e destina-se a uma aprendizagem complementar. Assim, os cursos serão separados em duas classes A e B e:*

1. *Nos cursos da classe A, esta UC é obrigatoriamente de Inglês (ou outra a propor pela Presidente do Colégio) e destina-se a dotar os estudantes dos conhecimentos mínimos, ou a melhorar o seu nível de conhecimentos, nesta língua;*
2. *Nos cursos da classe B, esta UC é obrigatoriamente de Informática (ou outra a propor pela Presidente do Colégio) e destina-se a dotar os estudantes dos conhecimentos mínimos nesta área ou a melhorar o seu nível de conhecimentos nesta área;*
3. *A organização, funcionamento e objectivos concretos destas UC serão desenvolvidos durante o ano de 2010, sob coordenação da Presidente do Colégio Universitário da Sociedade do Conhecimento, usando a figura de*

*Projecto dos Estatutos e serão apresentadas ao Conselho Geral na primeira reunião de 2011.*

**P18. FCCSE 2** – *Estas UC funcionam no 2º ano curricular e:*

- 1. A escolha do estudante é feita de uma lista de UC proposta pela Presidente do Colégio Universitário;*
- 2. A lista em causa será diferente para cada uma das classes A e B referidas em P17.*
- 3. A organização, funcionamento e objectivos concretos destas UC serão desenvolvidos durante o ano de 2010, sob coordenação da Presidente do Colégio Universitário, usando a figura de Projecto dos Estatutos e serão apresentadas ao Conselho Geral na primeira reunião de 2011.*

15

**P19. FCCSE 3** – *A terceira UC de FCCSE funciona no 3º ano curricular e destina-se à obtenção de formação em ambiente de trabalho na área do empreendedorismo através da simulação empresarial. As seguintes regras serão respeitadas:*

- 1. A UC é obrigatória para todos os estudantes de licenciatura;*
- 2. A UC funcionará em trabalho de equipa, e a sua componente lectiva tradicional não poderá ser superior a 30h.*
- 3. A organização, funcionamento e objectivos concretos desta UC serão desenvolvidos durante o ano de 2010, sob coordenação da Presidente do Colégio Universitário, usando a figura de Projecto dos Estatutos e serão apresentadas ao Conselho Geral na primeira reunião de 2011.*
- 4. Será instituído um prémio para a melhor proposta de criação de empresa das equipas de estudantes.*

## **6. Observações Finais**

Atendendo aos limites impostos a nível legal, o processo de adequação dos Planos de Curso a estas novas regras (bem como o início do processo de acreditação das Unidades Curriculares) deve começar de imediato, pois as propostas finais deverão estar prontas até ao fim da 3ª semana de Novembro de 2010.

Assim, propõe-se que:

1. A reforma das Unidades Curriculares no plano formal, preconizado pelo presente documento, deverá ser aprovada pelos Conselhos Científicos até ao fim da primeira semana de Outubro de 2010;
2. Os dossiês de acreditação das UC, contendo esta informação e toda aquela que venha a ser solicitada pelo SIGQ deverão ser aprovados pelos Conselhos Científicos até ao fim de Outubro de 2010;

3. As alterações aos Planos de Curso existentes e as propostas de criação de novos cursos deverão ser aprovadas pelos Conselhos Científicos até ao fim da primeira quinzena de Novembro.

O não respeito por estes prazos poderá acarretar sérios problemas de funcionamento à UMa, quer por impossibilitar o desenvolvimento dos processos de acreditação externa, quer pela entropia que naturalmente introduzirá no sistema interno.

Assim,

**O não cumprimento dos prazos estabelecidos em 1, 2 e 3 poderá conduzir à redução a 0 do número de vagas, ou mesmo à extinção, dos cursos em que tal tenha ocorrido.**

Sendo claro que tal decisão passará sempre por discussão interna, recorda-se que a inexistência de qualquer penalização por incumprimentos deste tipo não poderá nunca ser imposta, uma vez que, em última análise, cabem ao Reitor responsabilidades individuais neste tipo de matérias.